

Legislação do setor publicada em 2019

Decreto-Lei n.º 7/2019

DR n.º 10/2019, Série I de 2019-01-15
Atualiza as regras aplicáveis ao vinho com direito à denominação de origem “Porto”

Portaria 40/2019

DR, Serie I de 2019-01-29
Fixa o mínimo de existências de vinho do Porto que devem ser conservadas pelos comerciantes, nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 34 do anexo ao DL 173/2009, de 3 de agosto, na redação conferida pelo DL 7/2019, de 15 de janeiro

Aviso n.º 2477/2019

DR n.º 31/2019, Série II de 2019-02-13
Torna público os valores da taxa de certificação a cobrar às entidades certificadoras, em 2019

Despacho n.º 2072/2019

DR n.º 42/2019, Série II de 2019-02-28
Fixa, a nível nacional e para o ano de 2019, as regras e os critérios de elegibilidade e de prioridade e os procedimentos administrativos a observar na distribuição de autorizações para novas plantações de vinha

Regulamento Delegado (UE) 2019/934

da Comissão, de 12 de março de 2019
Completa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às zonas vitícolas em que o título alcoométrico pode ser aumentado, às práticas enológicas autorizadas e às restrições aplicáveis à pro-

dução e conservação dos produtos vitivinícolas, à percentagem mínima de álcool dos subprodutos e à sua eliminação, bem como à publicação das fichas da OIV

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2019/934

da Comissão, de 12 de março de 2019, que completa o Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita às zonas vitícolas em que o título alcoométrico pode ser aumentado, às práticas enológicas autorizadas e às restrições aplicáveis à produção e conservação dos produtos vitivinícolas, à percentagem mínima de álcool dos subprodutos e à sua eliminação, bem como à publicação das fichas da OIV

Declaração de Retificação n.º 253/2019

- DR n.º 55/2019, Série II de 2019-03-19
Retifica o Aviso n.º 2477/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 31, de 13 de fevereiro de 2019

Portaria n.º 96/2019

- DR n.º 64/2019, Série I de 2019-04-01
Procede à terceira alteração da Portaria n.º 42/2012, de 10 de fevereiro, alterada pelas Portarias n.os 195/2013, de 28 de maio, e 52/2014, de 28 de fevereiro

Regulamento de Execução (UE) 2019/935

da Comissão, de 16 de abril de 2019

Estabelece as regras de execução do Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita aos métodos de análise para a determinação das características físicas, químicas e organolépticas dos produtos vitivinícolas e às notificações das decisões dos Estados-Membros relativas ao aumento do título alcoométrico natural

Regulamento (UE) 2019/787

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril
Relativo à definição, designação, apresentação e rotulagem das bebidas espirituosas, à utilização das denominações das bebidas espirituosas na apresentação e rotulagem de outros géneros alimentícios e à proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas, à utilização de álcool etílico e de destilados de origem agrícola na produção de bebidas alcoólicas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 110/2008

Retificação do Regulamento (UE) 2019/787

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de abril de 2019
Relativo à definição, designação, apresentação e rotulagem das bebidas espirituosas, à utilização das denominações das bebidas espirituosas na apresentação e rotulagem de outros géneros alimentícios e à proteção das indicações geográficas das bebidas espirituosas, à utilização de álcool etílico e de destilados de origem agrícola na produção de bebidas alcoólicas, e que revoga o



Regulamento (CE) n.o 110/2008 (JO L 130 de 17.5.2019)

Aviso n.º 7342/2019

DR n.º 81/2019, Série II de 2019-04-26
Valores da taxa de certificação a cobrar pela entidade certificadora Comissão Vitivinícola Regional do Tejo no ano de 2019

Portaria n.º 30/2019, Jornal Oficial I Série - Número 51 de 2 de maio de 2019
Define o regime de produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas com direito às Denominações de Origem (DO) «Biscoitos», «Graciosa» e «Pico», e com direito à Indicação Geográfica (IG) «Açores», mantendo-se o seu reconhecimento. Revoga as Portarias n.º 33/2012, de 9 de março e n.º 34/2012, de 12 de março.

Portaria n.º 220/2019

DR n.º 134/2019, Série I de 2019-07-16
Procede à primeira alteração da Portaria n.º 323/2017, de 26 de outubro

Despacho n.º 6535/2019

DR n.º 137/2019, Série II de 2019-07-19
Atualização das listas de freguesias que constituem as zonas de intervenção prioritária relativamente ao fitoplasma de quarentena Grapevine flavescence dorée MLO e das freguesias onde o inseto vetor está presente.

Despacho Normativo n.º 19-A/2019 - DR n.º 141/2019, 3º Suplemento, Série II de 2019-07-25

Cria um apoio financeiro destinado aos agricultores, cujas explorações de vinha, situadas em várias freguesias do município de Mogadouro, sofreram danos causados pelas trovoadas, com chuva e forte queda de granizo, ocorridas no dia 13 de julho de 2019.

Despacho n.º 6742/2019

DR n.º 143/2019, Série II de 2019-07-29
Atualização anual das taxas previstas na Portaria n.º 298/2017, de 12 de outubro, devidas pelos serviços de inspeção e controlo fitossanitário no âmbito dos

materiais de propagação vegetativa, das atividades espaciais ligadas às inspeções fitossanitárias

Portaria n.º 279/2019

DR n.º 164/2019, Série I de 2019-08-28
Procede à segunda alteração da Portaria n.º 323/2017, de 26 de outubro, que estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023, previsto no Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro

Lei n.º 73/2019 - DR n.º 167/2019, Série I de 2019-09-02

Reinstitucionaliza a Casa do Douro enquanto associação pública e aprova os seus estatutos

Portaria n.º 298/2019

DR n.º 172/2019, Série I de 2019-09-09
Estabelece as regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações previstas no capítulo III do título II da parte II do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Regulamento (UE) 2017/2393, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, e de organizações de comercialização de produtos da floresta.

Regulamento n.º 715/2019

DR n.º 176/2019, Série II de 2019-09-13
Comunicado de Vindima Anual na Região Demarcada do Douro 2019

Despacho n.º 8224/2019

DR n.º 178/2019, Série II de 2019-09-17
Autoriza o aumento do título alcoométrico volúmico natural, para os produtos obtidos na campanha 2019-2020, definindo as respetivas condições

Portaria n.º 325/2019

DR n.º 181/2019, Série I de 2019-09-20
Procede à segunda alteração da Portaria

n.º 26/2017, de 13 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 130/2018, de 9 de maio
Decisão (UE) 2019/1569 do Conselho, de 16 de setembro de 2019

Relativa à posição a tomar, em nome da União Europeia, no Comité Misto da Agricultura criado pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça relativo ao Comércio de Produtos Agrícolas, no respeitante à alteração dos seus anexos 1 e 2

Despacho n.º 8489/2019

DR n.º 184/2019, Série II de 2019-09-25
Designa os elementos da Comissão do Estatuto do Profissional de Enologia

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2019/33 da Comissão, de 17 de outubro de 2018

Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2019/33 da Comissão, de 17 de outubro de 2018, que complementa o Regulamento (UE) n.o 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos pedidos de proteção das denominações de origem, indicações geográficas e menções tradicionais no setor vitivinícola, ao procedimento de oposição, às restrições de utilização, às alterações do caderno de especificações, ao cancelamento da proteção e à rotulagem e apresentação (Jornal Oficial da União Europeia L 9 de 11 de janeiro de 2019)

Regulamento de Execução (UE) 2019/1776 da Comissão, de 9 de outubro de 2019

Altera o anexo I do Regulamento (CEE) n.o 2658/87 do Conselho relativo à nomenclatura pautal e estatística e à pauta aduaneira comum

Declaração de Retificação n.º 55-B/2019 - DR n.º 215/2019, 1º Suplemento, Série I de 2019-11-08

Retifica a Portaria n.º 298/2019, de 9 de setembro, Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, que estabelece as regras nacionais complementares de reconhecimento de organizações de produtores e respetivas associações pre-

vistas no capítulo iii do título ii da parte ii do Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, na redação dada pelo Regulamento (UE) 2017/2393, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, e de organizações de comercialização de produtos da floresta, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 172, de 2 de setembro de 2019

Retificação do Regulamento (UE) 2018/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018

Relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CE) n.o 834/2007 do Conselho (JO L 150 de 14.6.2018)

Aviso n.º 20435/2019

DR n.º 244/2019, Série II de 2019-12-19
Inclusão de castas e sinónimos na lista de castas anexa à Portaria n.º 380/2012, de 22 de novembro

ESTATUTO do Enólogo

A Lei n.º 59/2009, de 5 de agosto, aprova o Estatuto do Profissional de Enologia. Segundo esta Lei, o profissional de enologia acompanha todas as operações, desde a cultura da vinha até ao engarrafamento, incluindo a colheita das uvas, os processos de vinificação, armazenamento e envelhecimento, supervisionando e determinando todas as práticas necessárias a garantir a qualidade do vinho, abrangendo os diferentes momentos da elaboração e os diversos tipos de vinho ou produtos vitivinícolas. Este título profissional de enólogo é concedido por deliberação de uma comissão (CEPE - Comissão do Estatuto do Profissional de Enologia) constituída por cinco elementos, designada por despacho do ministro responsável pela área da agricultura.

Para atribuição do título profissional de enólogo, os candidatos devem entregar na Associação Portuguesa de Enologia e Viticultura ou no IVV, I. P., preferencialmente por mail, geral@apenologia.pt o seu pedido formal dirigido à CEPE, com a documentação comprovativa do respetivo curriculum, bem como toda a informação necessária para efeitos do disposto no artigo 5.º e nos n.os 1 e 2 do artigo 6.º da Lei n.º 59/2009, de 5 de Agosto (essencialmente cópia(s) do(s) diploma(s)/certificado(s) académico(s), onde deverão estar mencionadas e detalhadas as unidades curriculares (disciplinas) obtidas, em particular, na área de Viticultura e Enologia). A lista dos Enólogos com Estatuto Profissional de Enologia pode ser consultada em: <https://www.ivv.gov.pt/np4/646/>

Lembramos todos os enólogos para a importância de serem reconhecido o seu Estatuto, que é a única forma de mantermos uma classe profissional reconhecida e com a devida proteção jurídica.